JORNAL DO FÓRUM

Uma publicação do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais do Paraná - abril de 2015

Servidores e servidoras públicas mandam seu recado:

Repetiremos a luta sempre que for necessário!

Foto: Joka Madruga

Como está a nossa luta? Confira na linha do tempo. **págs. 4/5**

Um calote generalizado **pág. 6**

Estado público que queremos: uma reflexão sobre as ações do governo. **pág. 7**

Um mergulho na Paranaprevidência **pág. 8**

EDITORIAL

A lição da luta!

O ano de 2015 surpreendeu a todos e todas! O governo surpreendeu a população e as categorias do serviço público com medidas amargas e de desmonte geral das carreiras com a retirada de direitos. Além de um ataque brutal à previdência.

A reação dos(as) servidores(as) foi uma grande lição de luta, resistência, força e união. A surpresa reverteu-se para o lado do governo. A greve histórica obrigou o governo a recuar em todas as propostas que havia apresentado. Acuado, o governador Beto Richa jogou toda a responsabilidade sobre os(as) deputados(as).

Infelizmente, o parlamento, ou a maioria dos deputados(as), tem o hábito de defender o governo de plantão, sem uma ação crítica e responsável. Os(as) servidores(as) passaram a cobrar dos(as) parlamentares aquilo que é seu direito: que ouçam a população e que entendam o que vão votar. A estratégia de debate sempre foi uma marca dos(as) servidores(as).

Ocupação: a base aliada do governo mostrou-se irredutível. Não restou outra ação para servidores(as) a não ser a luta em legítima defesa: ocupar a Alep. A insensatez do governo e dos(as) deputados(as) para a aprovação do "pacotaço" de maldades, e por que não dizer a arrogância de poder, levou os(as) deputados(as) a uma ação inusitada: entrar na Alep de camburão. Servidores(as) em greve sentiram-se indignados(as). Mais uma vez não houve alternativa: nova ocupação. O desfecho foi a retirada dos projetos de lei e o compromisso do fim da famigerada Comissão Geral. A queda da Comissão Geral foi efetivada no dia 04 de março com a aprovação na Alep do fim do regime.

Resultado: o governo em baixa e a população em nosso apoio. É assim, a luta sempre vale a pena, principalmente num momento tão duro onde o governo com seu poder autoritário achou que "tudo podia". Não pode. Sempre fizemos e faremos as lutas necessárias em defesa da servidora e serviço público. Entendemos que os impostos pagos pela população devam ser revertidos em políticas públicas que atenda a essa população. Essa é a função de um Estado democrático de direito, isso é o que entendemos ser o justo. É por isso que lutamos!

O governador Beto Richa quebrou o Estado em apenas quatro anos. A dívida pode chegar a R$ 6 bilhões em todas as áreas. Richa, em seu desgoverno, priorizou a iniciativa privada, as propagandas para autopromoção, além a compra de serviços de forma inconsequente. Perdeu o rumo. Agora em seu segundo mandato trouxe um staff externo para "colocar as contas do Paraná em ordem". O problema é que não debateu conosco e não contava com nossa resistência.

Mais uma vez fizemos história! Repetiremos a luta sempre que necessária! Seguiremos fortes. Sabemos que foi a primeira batalha, mas convenhamos: foi ótima, foi nossa. Reacendeu nossa coletividade e disposição para o enfrentamento!

Coordenação do FES

Agenda

Abril

22 *Debate com os(as) deputados(as) - Plenarinho da Alep*

22 *Acompanhar a CCJ*

22 e 23 *Acompanhar a tramitação e debater com os(as) deputados(as).*

De 27 a 30/04 *Acompanhar a tramitação. Se houver votação, convocação de mobilização.*

28 *Reunião de negociação com a Seap.*

Maio

Acompanhar o PL da Previdência.

Mês de luta da data-base

05 *Grande mobilização dos(as) servidores(as) pela data-base*

EXPEDIENTE

O Fórum das Entidades Sindicais, que representa mais de 200 mil servidores do Paraná e congrega várias categorias do funcionalismo público, é formado pelas seguintes entidades: **APP-Sindicato, SindiSeab, Sinteemar, Apra/Policia Militar, Assuel-Sindicato, SindSaúde-PR, Sindespol, Sipol, Sindarspen, Sinder, Sindijus-PR, Sindsec-PR, Sinteoeste, Sintespo, Sintesu e Sisdep.**

• **Jornalista Responsável:** Aline Lima • **Diagramação:** Luciane Vasconcelos • **Projeto gráfico:** Excelência Comunicação
• **Impressão:** WL Impressões • **Tiragem:** 15.000 exemplares.

Pauta de reivindicações

1 - Data Base: nossa data-base é em maio, de acordo a Lei 15512/07. A previsão do IPCA para os 12 meses, segundo o Dieese, deverá fechar em 8,2%. Não abrimos mão dos nossos direitos. A data-base é o mínimo que o governo deve cumprir.

2- Atrasados: todas as categorias têm atrasados em suas carreiras para receber. Desde quinquênios a promoções e progressões e não há aceno do governo para pagamentos.

3- Falta de profissionais e condições de trabalho: os(as) servidores(as) estão no seu limite de trabalho. Há falta de profissionais em todas as áreas. O governo não tem uma proposta de novos concursos e contratações. Além disso, fez cortes em horas-extras e serviços extraordinários. Isso tem levado os(as) trabalhadores(as) à exaustão física e emocional.

4- SAS: desde agosto de 2014 o governo paralisou as negociações sobre proposta de novo modelo de atendimento à saúde. Além de não alterar o modelo, tem promovido sucessivos atrasos nos pagamentos aos hospitais. Com isso, o atendimento, que já é precário, está suspenso em muitas cidades do Estado. Somente urgência e emergência funcionam.

5- Previdência: esse é o tema central no momento. O governo tenta alterar a previdência e está preocupado em resolver seu problema de caixa. Para nós, o essencial é a manutenção do Fundo Previdenciário e do Fundo Financeiro com sustentabilidade e perenidade, além das propostas de gestão e fiscalização.

Reunião de Negociação:

Em abril o FES se reúne com a Seap. Os(as) dirigentes do Fórum serão recebidos em audiência no dia 28 de abril, às 10h, pela secretária de Administração, Dinorah Nogara. O principal tema em pauta: o índice de reajuste da nossa data-base.

Preparativos:

Em pleno feriado, 21 de abril, os dirigentes do Fórum se estiveram na sede a APP, às 17h, para organizar a reunião sobre a Previdência do dia seguinte (22 de abril, às 9h, na Alep) com os(as) deputados(as). A ideia é defender as propostas do FES e traçar estratégias para a reunião de negociação.

Ato Público:

Irá acontecer no dia 05 de maio um grande ato público dos(as) servidores(as) em defesa da pauta de reivindicações.

A luta dos servidores e servidoras do Paraná!

2014

30/*Dez*

Governo não faz o pagamento das verbas rescisórias de 29 mil professores PSS.

2015

22/*Jan*

Reunião de coordenação do FES.

27/*Jan*

Após mais de três meses de atraso no repasse para os hospitais credenciados do SAS, governo efetua pagamento referente a outubro de 2014. Hospitais chegaram a suspender atendimento de urgência e emergência em diversas cidades-polo.

29/*Jan*

Governo não repassa primeira parcela do 1/3 de férias do funcionalismo estadual conforme havia negociado com o FES em 27 de novembro de 2014, nem o 1/3 integral dos professores na folha de pagamento do mês de janeiro.

Dezembro *Janeiro*

2015

10/*Fev*

Assembleia Legislativa adota forte esquema de segurança. Somente pessoas previamente credenciadas puderam entrar. Do lado de fora, cerca de 10 mil servidores(as) acompanham a sessão por transmissão da TV Sinal. Apesar de todos os apelos, 34 deputados(as) aprovam o "tratoraço" (requerimento de Comissão Geral). Dezenove votam contra. Indignada, a multidão rompe as grades da Alep e ocupa o plenário. Sessão fica invalidada. Servidores decidem acampar dentro do prédio.

12/*Fev*

Para evitar a votação do "tratoraço", servidores(as) cercam todos portões da Alep. Deputados(as) chegam de camburão. Polícia serra as grades e a "bancada do camburão" entra pelos fundos. Percebendo que o "pacotaço" seria votado, trabalhadores(as) avançam. Polícia não consegue conter o povo. Presidente da Alep suspende sessão, "pacotaço" é oficialmente retirado da pauta e deputados(as) prometem acabar com o regime de Comissão Geral. Em entrevista à TV, Beto Richa chama servidores(as) de "baderneiros". Notícia de que associação de juízes cobra 4 anos retroativos de auxílio-moradia (R$ 4,4 mil/mês), o que dá aproximadamente R$ 211 mil para cada um dos cerca de 800 magistrados, enfurece a população.

16/*Fev*

Em pleno carnaval, coordenação do FES faz reunião aberta com a presença de 23 entidades.

24/*Fev*

Dirigentes de 25 sindicatos e associações do FES se reúnem em plenária para avaliar a mobilização e definir estratégias para o movimento sindical estadual.

O ano mal começou e os(as) servidores(as) públicos do Paraná já foram surpreendidos pelo governo com medidas que prejudicam toda a população. Aumento de impostos, pagamentos atrasados, retirada de direitos, tentativa de aprovação de leis que afetam a previdência dos(as) servidores(as) e tantas outras medidas foram adotadas. Mas os(as) trabalhadores(as) responderam: não aceitamos! A luta foi intensa desde o início de 2015. A classe trabalhadora promete se unir ainda mais para fazer valer seus direitos!

Confira a luta dos(as) servidores(as) públicos(as) do Estado com os desmandos do governo do Paraná.

Fevereiro

04/*Fev*

Governo envia mensagens 001 e 002/2015 para a Alep. Os projetos previam fim dos anuênios e quinquênios do funcionalismo, destruiria a carreira dos professores, além de repassar os R$ 8,5 bilhões do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro e limitar as aposentadorias de servidores estaduais ao teto do INSS.

05/*Fev*

Coordenação do FES publica carta convocando todos(as) os(as) servidores(as) públicos(as) à greve geral contra o "pacotaço".

07/*Fev*

Assembleias da APP-Sindicato e SindSaúde-PR decidem pela greve. Demais categorias aprovam paralisações.

09/*Fev*

Mobilização de mais de cinco mil servidores(as) no Centro Cívico. O requerimento para transformar o plenário em Comissão Geral é apresentado e votação fica para o dia seguinte. FES envia carta a todos os deputados e deputadas pedindo que rejeitasse o "pacotaço".

25/*Fev*

Mais de 50 mil pessoas marcham em Curitiba rumo ao Palácio Iguaçu. Governo negocia e reafirma a promessa de não enviar nenhum projeto de lei para a ALEP prejudicando os(as) servidores(as) ou alterando a ParanaPrevidência sem discussão prévia com os sindicatos. FES cobra contratação por concurso público.

Março

04/*Mar*

Deputados(as) aprovam o fim da Comissão Geral na Alep. A partir de então, os projetos de lei necessariamente terão que passar pelas comissões internas da Casa antes de ir à votação.

05/*Mar*

Governo do Paraná desiste de fazer a fusão dos fundos Previdenciário e Financeiro após pareceres do Ministério da Previdência Social e da Advocacia-Geral da União considerando a operação ilegal.

19/*Mar*

Governo abre debate e negociação sobre a previdência com o FES. É realizado longo debate sem que o governo acolha todas as propostas do FES.

Abril

08/*Abr*

É realizada audiência pública para debate sobre a previdência estadual. Em seguida, governo aprova regime de urgência e rompe com o processo de debate. FES entrega carta aos(as) deputados(as) estaduais.

Calote generalizado

O Governo do Paraná conseguiu transformar um estado próspero em um grande

O Paraná já foi um Estado próspero e referência nacional em desenvolvimento. Mas, desde que assumiu o mandato em 2011, o governador Beto Richa, vem desmontando o Estado.

Foram quatro anos de desgoverno. Mesmo assim, Beto Richa conseguiu se reeleger com a promessa de que "o melhor está por vir".

Agora, chegamos ao fundo do poço. Vivemos um dos piores momentos de nossa história. O Paraná virou um Estado do calote generalizado. Tem dívidas com fornecedores, com os/as servidores/as públicos, com a população.

Onde foi parar o dinheiro do nosso Estado?

Falta transparência, coerência, lealdade e responsabilidade deste governo com o patrimônio público e com a população.

O reflexo desta gestão desastrosa é a calamidade que nos cerca diariamente.

Fuga - Empresários desistem de investir no Paraná. Fecham empresas e procuram outros estados da federação, onde há mais credibilidade financeira e política para se instalarem.

Fornecedores dos mais variados setores estão sem receber pagamento pelos serviços prestados. A consequência é o desabastecimento de insumos, medicamentos e de outros produtos que deveriam estar disponíveis para atendimento de necessidades da população em serviços públicos.

As escolas da rede estadual estão em situação de muita dificuldade na infraestrutura e também na falta de professores/as e funcionários/as. "É o desmonte da educação!"

Nas Universidades Estaduais não é diferente. As condições para execução de todos os programas estão precárias.

Na área da segurança, o caos se repete. Cadeias e penitenciárias com superlotação, sem o número necessário de agentes penitenciários e de policiais para cuidar da população carcerária. O cenário desastroso fere os princípios básicos dos direitos humanos.

A saúde também não está diferente. Hospitais públicos sucateados, onde faltam medicamentos, insumos e infraestrutura para garantir o atendimento da população. Escassez de pessoal na área médica, de enfermagem e de outros setores imprescindíveis para o funcionamento da rede hospitalar.

Os servidores públicos do Paraná nunca foram tratados com tanto descaso. Todas as áreas sofrem com o desgoverno: criança e juventude, idosos, serviços administrativos, educação, saúde, segurança, serviços sociais, defensoria, enfim, sofre toda a população do Estado.

No nosso bolso - Além das péssimas condições de trabalho, os/as servidores/as não recebem os valores a que têm direito, como por exemplo, o terço de férias, os quinquênios, os anuênios, as promoções e as progressões. E por fim surge a proposta de reforma Previdenciária.

O governo quer mexer nos nossos direitos, para usar os recursos que são das aposentadorias dos servidores, para fazer caixa.

Vejam os quadros demonstrativos abaixo:

Pacotes de medidas do governo Beto Richa para cobrir "furo" do caixa

Lei	Data	Súmula	Valor Total em R$ milhões	Valor ano (estimado) em R$ milhões - Parcela do Estado	% do total	Impacto em 4 anos (A)
MEDIDAS QUE AFETAM O FLUXO DE CAIXA						
Lei 18.370	15/12/2014	Instituiu a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas	200	0	-	-
Lei 18.371	15/12/2014	Aumento da Alíquota do IPVA em 40% - 2,5% para 3,5%	800	400	13,47	1.600
Lei 18.371	15/12/2014	Aumento da Alíquota ICMS de 12% para 18% para aprox. 90 mil ítens	1000	750	25,25	3.000
Lei 18.451	06/04/2015	Institui a Nota Fiscal Paranaense	160	120	4,04	480
PL 134	24/02/2015	Dispões sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual - CADIN	100	75	2,53	300
PL 252	07/04/2015	Nova segregação de massa da PR PREV - Parte do Poder Executivo	1.820	1.625	54,71	6.500
TOTAL			**4.080**	**2.970**		

Primeiro estudo sobre as dívidas do governo em 4 anos (análise preliminar):

1. 1,3 bilhão (em 4 anos) = valores de transferência para os outros poderes (Tribunal de Justiça/Ministério Público) = aumento da alíquota e inclusão;
2. 1,6 bilhão (em 4 anos) = valores devidos a diversos fornecedores;
3. 400 milhões (em 4 anos) = a mais em valores de propagandas;
4. 107 milhões (em 4 anos) = de locações de mão de obra;
5. 92 milhões (em 4 anos) = em serviços terceirizados;
6. 20 milhões (em 4 anos) = processamento de dados (interrompendo os programas de software livre;

Totalizando = 3.519 bilhões

O Estado Público que queremos

"O mundo ao avesso nos ensina a padecer a realidade ao invés de transformá-la, a esquecer o passado ao invés de escutá-lo e a aceitar o futuro ao invés de imaginá-lo: assim pratica o crime, assim o recomenda.
em sua escola, escola do crime, são obrigatórias as aulas de impotência, amnésia e resignação.
mas está visto que não há desgraça sem graça, nem cara que não tenha sua coroa, nem desalento que não busque seu alento. nem tampouco há escola que não encontre sua contra-escola." (Eduardo Galeano)

Nessa breve reflexão que faremos sobre o caráter público do Estado que defendemos como forma de distribuição de Justiça Social, mais ou menos ampliada pelas correlações de forças que conseguimos organizar, iniciamos com as palavras de Eduardo Galeano que nos exige pensar criticamente as formas de organização do poder e do dinheiro que, ao fim e ao cabo, são quase sempre a mesma coisa e se confundem.

O sistema, como refere sempre, opera para que nos sintamos impotentes diante das normas que dizem ser fruto da natureza das coisas. E aqui estamos os militantes pra dizer que esse sistema não é fruto da natureza e sim da História. E que, portanto, não há só desgraça, nem desalento, nem espaço público que não tenha em si mesmo o germe e a possibilidade permanente de transformação e criação.

Esse Estado é fruto de uma longa construção histórica, seus pressupostos foram plantados num período que foi, sim, evolução e que já não responde ao momento histórico e nem as demandas que desafiam a ordem das coisas.

O liberalismo que fundamenta o estado da meritocracia é negador de direitos à maioria e desde a origem legitima um sistema de privilégios e a apropriação privada de alguns dos bens públicos. Quando se fala em "redução do estado" e muitos aplaudem essas medidas, oculta-se o que significa isso na vida e no mundo do trabalho. Significa redução do espaço público, e significa mercado máximo onde um dos principais conceitos que conformam esse estado mínimo é o termo flexibilização e é sempre aplicado os direitos da classe trabalhadora, porque na luta de classes a burguesia vai constituindo os conceitos que lhe dão legitimidade.

"Flexibilizar" direitos dos(as) trabalhadores(as), portanto, não é uma casualidade nem um equívoco praticado pelo governo Beto Richa ou pelos(as) deputados(as) de direita no Congresso Nacional, seja via desmonte dos nossos planos de carreira, seja via PL 4330: em ambos os casos trata-se de projeto, de concepção de estado, e de defesa dos interesses da classe proprietária em detrimento aos que vivem do trabalho.

Nesse enfrentamento, não estão conosco os grandes empresários da comunicação, nem a maioria do poder judiciário, nem o grande empresariado e nem os(as) eleitos(as) em nome desses. Isso aumenta a necessidade de organização e construção de unidade da classe trabalhadora.

O mercado, que orienta e pauta as ações na concepção de um estado mínimo para a maioria da população, opera também com abstrações. Abstração do tempo de hoje e do futuro. Nos ajuda a entender a defesa de um projeto de nação de longo prazo e em que medida a expropriação de 75% do patrimônio público praticado pela ditadura neoliberal dos anos de 1990, comprometeu nosso futuro como povo e como país.

Abstração do espaço, em que o Brasil e mesmo o Paraná, não é visto como um território, mas como uma plataforma a partir da qual operam os interesses do capital internacional. Como exemplo, lembremo-nos dos imensos incentivos que a gestão de Jaime Lerner concedeu a empresas estrangeiras e como o atual governo Beto Richa matou a política do software livre em benefício dos interesses da Microsoft e faz toda prática voltada ao interesse privado.

E por fim, a abstração das pessoas: o Estado, a partir dessa ideologia, deve atender aos "bons", aos que tiverem "mérito", que seriam em torno de 20% da população. E aos demais, está destinado o lugar dos "perdedores", pois, como nos ensina Eduardo Galeano, " a pobreza antes era considerada obra da injustiça. O mundo moderno considera a pobreza incapacidade".

Direitos para a classe trabalhadora, concurso público e pleno emprego jamais serão parte do projeto neoliberal. Por essas coisas teremos que lutar nós mesmos. E no Brasil podemos dizer sem medo de errar que os liberais nem sequer chegam a ser "liberais" no sentido estrito do termo, seguem saudosos da escravidão. Isso não nos desanima, nem fragiliza. Ao contrário: nos coloca de pé para lutar com mais unidade e força, por direitos, por justiça e pela participação no sentido de construirmos um Estado que seja público, onde a vida de todos seja uma construção participativa. Países que superaram boa parte de seus problemas sociais, não o fizeram concentrando a ação do estado na defesa dos privilégios de uma minoria, e sim distribuindo riqueza, garantindo direitos sociais a todos de forma pública, gratuita e com qualidade. Para lembrar um exemplo muito citado nos últimos dias sobre a Suécia e a Finlândia: são países em que não existem as desigualdades brutais. Todavia a educação e a saúde são 100% públicas, e são exemplos para o mundo. Bastam esses dois exemplos para constarmos o longo caminho de lutas que temos ainda por andar. "Vamos juntos, vamos de mãos dadas", diria Carlos Drummond de Andrade. Queremos o Estado Público de Direito para todos(as). Nesse sentindo, as políticas públicas e os serviços públicos são importantes para a maioria da população. Esse é o nosso confronto com o atual governo.

E nós reiteramos: só seremos vencedores se formos juntos(as), de forma organizada e unitária. Não vamos sofrer a realidade, vamos transformá-la.

Um mergulho na Paranaprevidência

Muita luta nestes 17 anos de existência

Com apoio dos(as deputados(as) estaduais da base aliada, dentre eles(as) alguns dos que foram trabalhar de camburão dois meses atrás, o governo espera emplacar mais um pacote de medidas questionáveis para a Previdência por meio do PL 252/2015. Atitude que não é novidade nesses 17 anos de existência do sistema, mesmo com toda a discordância e resistência dos(as) servidores(as).

Criador e criatura

Em 1998, durante o governo Jaime Lerner, surge a iniciativa de montar um regime próprio de previdência para os(as) servidores(as) do Estado. Essa iniciativa partiu de premissas que se revelam absolutamente ineficientes. As regras foram pensadas com base no banco de dados dos(as) trabalhadores(as) da Copel. O planejamento ficou ainda mais comprometido com a incorporação dos servidores da Assembleia Legislativa do Paraná, Ministério Público, Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas, sem os devidos estudos e a compensação financeira.

O FES avisou

Durante todo esse processo, assim como hoje, os sindicatos que integram o Fórum das Entidades Sindicais (FES) se mostraram contrários às ações dos governos. Historicamente defendemos a existência de ampla auditoria nas contas da Paranaprevidência, a paridade nas instâncias decisivas, mais transparência e maior fiscalização nos repasses do governo - contribuição patronal.

Insustentável

Em 2010 o rombo previdenciário era de 3,5 bilhões. Em 2012, já na gestão Beto Richa, o Fundo Previdenciário acusava um rombo de R$7,3 bilhões. Entre vários fatores, o que mais contribuiu para aquele quadro foi o calote dos sucessivos governos desde 98 na contribuição patronal. A falta de equilíbrio entre recursos financeiros existentes para pagar as aposentadorias e o custo das mesmas exigia mudanças. Mas a receita do governo foi de sempre adotar soluções rápidas, via lei e sem preocupação com a sustentabilidade futura. Embora o Fórum dos(as) Servidores(as) apresentasse as medidas para as correções, as decisões foram tomadas à revelia dos(as) trabalhadores(as).

Remendos I

Em 2012 houve, por meio da aprovação da lei 17435, a transferência de 60 mil servidores(as) do Fundo Previdenciário (FP), para o Fundo Financeiro (FF). Em 2014 teve aumento da contribuição previdenciária, de 10% para 11%, e a criação do Fundo Complementar (FC) que limita as aposentadorias pagas pelo Fundo de Previdência para quem ingressar no serviço público após a aprovação da lei. Com isso, o FP até que ganhou sobrevida, sendo hoje R$ 8 bilhões positivos. Mas, em compensação, no FF há um desequilíbrio financeiro devido ao grande aumento de aposentadorias.

Remendo II

O descontrole financeiro do governo Beto Richa deu origem a uma enorme crise financeira e política. O Governo corre atrás de dinheiro. Em fevereiro de 2015 propôs extinguir o Fundo Previdenciário tomando de assalto os nossos 8 bilhões. Numa das maiores lutas do funcionalismo, a vitoria foi da nossa resistência.

Nova jogada

Em abril o governo propôs o PL 252/15. Na nova proposta, o governo quer solucionar o problema criado por ele mesmo: a turbulência que atinge o Fundo Financeiro (aposentadorias que são pagas com os recursos do tesouro do Estado). A proposta consiste em transferir 30 mil servidores com mais de 73 anos para o Fundo Previdenciário. Dando, assim, sequência à lógica perversa de remendos sem que a causa dos problemas seja combatida. Se aprovado, o PL 252 produzirá uma folga de R$ 140 milhões mensais no caixa do Estado. No entanto, o Fundo Financeiro seguirá fora de controle, já que se trata de um remendo, ou seja, uma medida superficial.

Negociação

O FES aceitou dialogar com o governo e sugeriu emendas ao PL 252. Foram dados alguns passos positivos na negociação. Porém, a negociação foi interrompida pelo fato de que o governo não aceitou todas as emendas apresentadas pelo FES e ainda aprovou o regime de urgência para votar o projeto. Nossa defesa foi sempre de amplo processo de debate com as categorias.

O seu futuro está em jogo

Aprovar o PL 252/2015 como está, sem ampla discussão e incorporação das emendas do FES, é persistir com simples remendos e gerar ainda mais incertezas para as nossas aposentadorias.

Fundo Financeiro

A previsão do aumento gradativo das próximas aposentadorias certamente fará com que o FF volte a apresentar problemas em um futuro próximo. Mesmo sob responsabilidade do governo, o maior número de aposentadorias recairá sobre o FF gerando novo peso financeiro, que é ocasionado por sucessivos erros do governo.

Continuamos firmes na luta e na defesa de um Regime Próprio de Previdência que seja sólido e sustentável. Nossa proposta é que o governo retire o PL252 e estabeleça o grupo de trabalho para o debate sobre o regime de previdência.